

# AS LUTAS CAMPONESAS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP: PARA ALÉM DA MASSA E DA VANGUARDA...<sup>1</sup>

Maria Celma Borges<sup>2</sup>

**Resumo:** O tema central deste texto é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema/SP. Nele, discuto os agentes envolvidos, por meio de fontes, como os cadernos de formação do MST (1980 e 1990), e as histórias narradas pelos assentados, entre 1999 a 2003. Trabalho ainda um relato de um intelectual orgânico do MST. Objetivo problematizar as práticas camponesas na região, principalmente quanto à trama vivida entre a Organização (dirigentes e militantes) e os demais personagens, com destaque para a necessidade de superação dos termos “massa” e “vanguarda” na compreensão das ações deste movimento social. A ênfase recai no modo como os projetos de conquista da terra e de luta para nela permanecer se desenharam face à estrutura interna da Organização, ao ter o coletivo como o ideal, ao passo em que a “terra de trabalho” se apresentara como horizonte a conduzir as práticas dos assentados.

**Palavras-chave:** MST; Pontal do Paranapanema; lutas camponesas; massa; vanguarda

## THE PEASANT FIGHTS OF MST IN PONTAL DO PARANAPANEMA – SÃO PAULO: FOR BEYOND MASS AND VANGUARD...

**Abstract:** The central theme of this text it is the Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) in Pontal do Paranapanema/São Paulo. Thereon, I discuss the involved agents by searched fonts as the formation books of MST (1980 and 1990), and the stories narrated by settlers, between 1999 and 2003. I still work with a report of an organic intellectual of MST. I objective to problematize the peasant practices on the cited region, mainly regarding the plot lived between the Organization (leaders and militants) and the other characters, highlighting the need to overcome the terms "mass" and "vanguard" in understanding the actions of this social movement. The emphasis falls on the way how the conquerors projects to fight and remain on earth were designed face to an intern structure of Organization having the collective as the ideal while in the “land of work” will be presented as the horizon leading the practices of the settlers.

**Keywords:** MST; Pontal do Paranapanema; peasant fights; mass; vanguard.

---

<sup>1</sup> Este texto resulta de parte do capítulo 5, ainda não publicado, oriundo de minha tese de Doutorado defendida em março de 2004, no Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Assis, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Augusto Queiroz Norte e Silva.

<sup>2</sup> Professora Associada do curso de História do Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail : celmaevitor@ibest.com.br

### 1.1. As lutas camponesas: muito além da massa e da vanguarda ...

Algum dia, não sei quando, as futuras gerações vão participar da colheita. Mas esta colheita só vai existir se, hoje, houver quem plante. A semente é humilde; a palavra humilde tem a mesma raiz da palavra ‘humus’ – que em latim significa terra. Ser humilde é ter os pés na terra. E não é fácil na militância ter os pés na terra. (BETTO, 2002: 01)

Para a análise das práticas de luta camponesas no Pontal do Paranapanema, em especial dos homens e mulheres que participaram das primeiras experiências do MST nesta localidade, entre 1990 e 2003, escolhi dois assentamentos que trazem em sua história a marca do nascimento deste Movimento na região: os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara<sup>3</sup>, ambos localizados no município de Mirante do Paranapanema –SP<sup>4</sup>, e cujas lutas foram acentuadas nos primeiros anos da década de 1990.

Na reflexão das relações internas entre a Organização e os demais assentados, com ênfase para a discussão dos conceitos de “massa” e de “vanguarda” nesses assentamentos, fez-se necessário indagar como fora se desenhando o termo “massa” nos documentos produzidos pelo MST ao longo de sua história. Observa-se, neste sentido, desde os anos 1990, a existência de um Setor responsável pela estruturação dos acampamentos denominado Setor de Frente de Massa.

---

<sup>3</sup> Utilizei as designações de “Santa Clara/Che Guevara” para a referência ao assentamento, por entender que contemplam duas leituras do lugar. Ambas as referências estão presentes no cotidiano dos assentados, dirigentes e militantes. A primeira, nome da antiga fazenda e de caráter religioso, aparece costumeiramente na fala daqueles que não estão diretamente envolvidos na organização do Movimento. Vale observar ainda que Mirante do Paranapanema e toda a região do Pontal do Paranapanema – SP traz em sua história muitas outras conquistas, decorrentes de ações de arrendatários, posseiros, sem-terra, entre outras categorias, desde as primeiras décadas do século XX, mas se acentuando a partir dos anos 1980, com a emergência dos sem-terra na gleba XV de Novembro, em Rosana, entre outros lugares de luta. Mirante do Paranapanema totaliza, conforme dados do DataLuta (2011), 33 projetos de assentamentos. Para uma análise do mapa de assentamentos rurais e do número de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema, ver: <[http://www.editoraunesp.com.br/catedra/publicacoes\\_mapas.asp?tpl\\_id=6](http://www.editoraunesp.com.br/catedra/publicacoes_mapas.asp?tpl_id=6)> Acesso em: 12 nov.2014.

<sup>4</sup> Antigo povoado de Palmital, Mirante do Paranapanema teve a sua formação como município no ano de 1953, sendo o seu território desmembrado de Costa Machado, Areia Dourada (atual município de Marabá Paulista) e municípios de Santo Anastácio e Presidente Venceslau pela Lei n. 2.456, de 30 de Dezembro. Faz divisas municipais com Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Santo Anastácio, Presidente Bernardes e Sandovalina. Faz divisa ainda com o Estado do Paraná, começando “na foz do Ribeirão Pirapózinho, no rio Paranapanema; segue pela divisa com o Estado do Paraná até a foz do Ribeirão Cuiabá, onde tiveram início estas divisas”. Tem por divisas interdistritais os distritos de Costa Machado e Cuiabá Paulista. (p.425-426). Fonte: Secretaria da Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e avaliação CPA. Instituto Geográfico e Cartográfico. IGC –SP. **Municípios do Estado de São Paulo** – Criação e Divisas. Disponível em [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios\\_sp\\_divisas.pdf](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios_sp_divisas.pdf). > Acesso em 12 nov.2014.

No Plano Nacional do MST, organizado para os anos de 1989 a 1993, já se encontrava presente a preocupação em “[...] transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista” (1989: 10). Desse modo, cabe analisar qual o significado para o Movimento “das lutas massivas” naquele momento histórico, indagando se elas seriam vistas pelo plano organizacional no sentido do quantitativo, ou se trariam consigo elementos a sustentar a concepção da “massa”, “sem consciência” para a interpretação do campesinato. Esse Plano enunciava, de forma clara, o desejo de transformação da sociedade como objetivo norteador das práticas do MST no cenário nacional do início da década de 1990, salientando a necessidade de rompimento com o que se denominava “caráter corporativista”, a permanecer como entrave para o processo de lutas:

A luta pela terra é o motor principal da luta pela reforma agrária. No entanto, esta ainda permanece com caráter corporativista. Nesta nova conjuntura de desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores impõe-se a necessidade de transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista. [...] Desta forma, a luta pela terra se transforma numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta pela terra, vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico; o socialismo! (MST, 1989: 10)

Observa-se nesse trecho a preocupação de que “outras formas massivas de luta pela terra” seguissem “educando as massas para a necessidade da tomada de poder”. É interessante o fato de que, por essa premissa, seriam as “formas massivas” que no processo “vão educando as massas”. Vale dizer, o saber construído a partir das lutas de “massa”. Essas considerações são relevantes para a compreensão do Movimento naquele contexto, constituindo-se, no dizer da fonte, pelas “massas”, por meio do seu “fazer-se”. Todavia, se essa questão se apresentava no Plano Nacional, o mesmo não se pode dizer em relação a outras publicações.

No Programa de Reforma Agrária, elaborado no ano de 1996 pelo MST, havia o reforço do seu caráter de movimento de massas: “Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político”. Esse Programa observou ainda que: “Lutamos por terra, Reforma Agrária e Mudanças na Sociedade” (MST, 1996: 29). Lutar por terra e pela reforma agrária aparecia, então, como espaços diferenciados. A luta por “mudanças na sociedade” ampliava os objetivos desse movimento e organização social, na medida em

que, no entendimento dos militantes e dirigentes, o acesso a terra seria uma primeira conquista, um primeiro passo a alimentar a caminhada, cheia de percalços, sendo a luta pela terra um dos meios para se chegar à sociedade socialista, mas não o fim.

Fontes como os Planos e Programas do MST tornam-se importantes para, na análise das práticas camponesas do MST no Pontal, tentar compreendê-las num cenário de construção nacional do Movimento, objetivando uma interpretação a ultrapassar este marco geográfico e, na análise da interioridade desse Movimento no Pontal, também o conceito de “massa”, o qual, via de regra, limita ou menospreza a leitura das práticas de luta das pessoas comuns.

Na leitura das ações da Organização e daqueles que fizeram da terra o seu espaço central e mantenedor da vida foi possível perceber que as experiências se desenharam em diversos tempos e espaços, apreendidas, quando da narrativa da participação dos camponeses no acampamento, em setores da estrutura orgânica do Movimento, como da educação, de formação, de produção, de frente de massa, etc., bem como dos grupos responsáveis pela saúde, pela alimentação, segurança, comunicação, dentre outros, a estruturar o acampamento em seus “mínimos vitais”. Também responsáveis pela participação em ocupações, em marchas, etc. No assentamento, a peleja com a “terra de trabalho”<sup>5</sup>, diferentemente do tempo do acampamento, tornara-se norteadora das ações para grande parte dos camponeses entrevistados, demonstrando outro espaço de lutas que, sendo individual, familiar, se associava, em muitos momentos, com o princípio das ações coletivas, idealizadas pelo Movimento.

Quando indagada sobre o que mudou do acampamento para o assentamento, grande parte dos entrevistados enunciou que, quanto ao que se vivera no tempo das lonas, as carências materiais faziam-se prementes, ainda que contornadas em vista do companheirismo, a reforçar o desejo da conquista da terra, o que lhes fazia caminhar. Já no assentamento desenharam-se práticas de cultivo da terra e da criação, principalmente do gado leiteiro, por meio do trabalho familiar. Havia então nesse lugar uma diluição do

---

<sup>5</sup> Para uma discussão do conceito “terra de trabalho” é válido consultar o documento “Igreja e Problemas da terra”, produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (1980), momento em que se deu uma clara distinção entre o que seria a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”. Naquele contexto histórico, parte significativa da Igreja Católica, semelhante ao que ocorrera em Medellin, em 1968, fazia a “opção pelos pobres”, definida em Puebla, em 1979. Por isto, esse documento, assessorado por José de Souza Martins, é um marco na compreensão de ambos os conceitos e uma clara posição da Igreja Católica em favor dos pobres da terra, ação pastoral que seria fruto da Teologia da Libertação.

sentido coletivo que permeava o acampamento, vindo à tona alguns valores do campesinato, como, por exemplo, a liberdade de controle do próprio tempo de trabalho, que não se encerravam na negação dos princípios que permeavam as práticas coletivas, mas deles se diferiam.

A crítica, ao meu ver, se deu na forma como as práticas coletivas passaram a ser expressas em determinados momentos pela Organização do Movimento, principalmente pelo olhar voltado prioritariamente para a produção, por meio da cooperativa, a exemplo da “teoria organizacional do campo”, de Moraes (1986). Mas, o que deparei na análise das lutas pelos campos do Pontal fora uma relação ambígua, costurada pelos camponeses em meio ao MST. Se, por um lado, demonstrou-se, de certo modo, autoritária a postura dos militantes e dirigentes quando do assentamento provisório no Che Guevara/Santa Clara,<sup>6</sup> por propor a dimensão coletiva<sup>7</sup> como o expoente máximo da luta em detrimento das ações individuais e de outras práticas de cooperação, por outro lado, num jogo de forças em que se deu a defesa da “terra de trabalho”, cultivada pela família, o assentado, em determinados momentos, como, por exemplo, nas marchas, nas ocupações de prédios públicos, na ocupação de terras junto aos acampados, na solidariedade em relação aos acampamentos quando do fornecimento de agasalhos e alimentos, tornou-se parte do coletivo, imprimindo-lhe faces que se confrontaram à visão do homogêneo ou do conservadorismo.

A resistência frente ao coletivo e, com isso, a permanência do trabalho familiar no assentamento, explicitou bem mais o desejo do assentado ser dono de seu próprio tempo e de seus sonhos do que a negação do MST como instrumento e representação de luta. As falas foram categóricas na exposição da importância do Movimento para a conquista da terra e a continuidade da luta nos diversos espaços em que ela se fazia necessária.

---

<sup>6</sup>Caume (2002), ao discutir duas experiências de assentamentos, realizadas no Rio Grande do Sul e em Goiás, chama a atenção para a imposição do trabalho coletivo, nas Cooperativas, por parte da organização, pontuando ainda a resistência dos camponeses a essa forma de trabalho. Há várias outras publicações que apontam para essa questão, dentre elas, destaco: Poker (1994) Almeida (1996, 2006); Simonetti (1999); Brenneisen (2000); Farias (2002); Fabrini (2002), Schreiner (2002), Brandenburg et alii (2007), Paulino; Fabrini (2008), Paulino; Almeida (2010).

<sup>7</sup>A tese de Chaves (2000: 107) é fundamental para a compreensão da importância do coletivo para o MST, ao assinalar que: “O coletivo é princípio estrutural ao MST: na forma de um princípio de organização – que deve ser colegiada -, na forma de uma estratégia de luta – a ação deve ser de massa -, assim como na forma de um valor de legitimação – princípio e objetivo de luta justificam-se na ideia de ser o ‘coletivo’, ele mesmo, um bem superior”.

Seu Nilo apresentou essa questão, de forma nítida, ao narrar o porquê de sua opção pelo trabalho individual e a associação, e não pelo coletivo quando da organização de uma Cooperativa de Produção Agrícola (CPA) pela militância no assentamento Che Guevara/Santa Clara. Em sua fala foi forte o desejo da liberdade, do direito de governar a própria vida, questão que lhe fora tão suprimida no percurso de toda a vida. Ao mesmo tempo em que reforçou a sua identidade com o MST, esse narrador definiu a sua alteridade, o direito de escolher os próprios rumos da vida e da produção:

Nós aqui era dois grupos, né? Quer dizer que aqui era o grupo coletivo e o individual. A associação coletiva e a associação individual. Quer dizer, a minha associação individual até hoje ainda permanece. Ela tem que eleger e tem tudo, né? O coletivo não aguentou um ano [...] o coletivo ele formou com 66 famílias e aí depois foi caindo, foi caindo [...] Quem formou o coletivo aí foi o Rainha, né? As militâncias tudo. Então eles formaram aquele coletivo e foi ficando pouco. Então eu que puxava o povo e o povo sempre dizia pra mim: ‘olha o senhor vai trabalhar individual?’ Eu digo: ‘não, eu vou trabalhar individual porque eu considero todos os companheiros, eu respeito, eu amo, eu tenho um sério respeito pelos companheiros. Agora o coletivo eu não vou trabalhar porque o coletivo já não é o individual, são vários coração, e o meu é um só’. Eu não importo [...], se eu tô trabalhando no coletivo eu não vou olhar o lote do companheiro se ele tá colhendo no limpo ou no mato, eu não tenho nada a ver com isso, ele que se cuide. Eu não vou dizer pro companheiro tem um porco ou dois porcos no manguezal, que ele vai ter que dividir com o pessoal. Não, isso aí, eu não vou fazer isso. Então quer dizer que cada um tem o seu local, né? [...] aí muitos dizia que se não entrar no coletivo não pega lote definitivo. Eu dizia que eles estavam enganados: ‘porque eu respeito a minha liderança que é Zé Rainha, é Diolinda, eu mesmo. Então eu respeito esse pessoal todo. Então não é possível que eles vão ter desrespeito contra mim, porque eu tô lutando, eu tô indo, agora vocês’ [...].<sup>8</sup>

Esse relato foi ilustrativo na exposição do que significava para esse entrevistado, assim como para inúmeros outros assentados, o sentido do trabalho coletivo e do individual. Esse camponês militou no MST pelos vários campos, cantos e recantos do Pontal, desde o princípio das ocupações.<sup>9</sup>

Histórias e memórias apreendidas sinalizaram para o ser indivíduo e coletivo imbricados. Tais questões apresentaram-se como evidências históricas do modo como se

---

<sup>8</sup>ENTREVISTA. Nilo e Alzira. Che Guevara/Santa Clara, 02/06/2001.

<sup>9</sup> Há de se considerar, nesse ponto, a postura assumida pela maioria dos camponeses, a exemplo de Seu Nilo, bem como a retomada de valores pelo MST, em fins da década de 1990, no sentido de valorizar outras formas de produção e de saber no assentamento, as quais não se resumiam ao trabalho coletivo, como se pode constatar nos assentamentos analisados. A proposta de várias formas de cooperação do Movimento, com a “comunidade de resistência e de superação” acenou para essa reflexão (CARVALHO, 2002)

constituiu o MST nessa região. Estas evidências, se vistas em sua interioridade na prática de luta e no cotidiano em que foram urdidas, contribuem para o entendimento das ações das pessoas comuns também a lhe dar forma, sugerindo outra interpretação que não a de “massa de manobra” ou de luta pura e exclusivamente pelas “conquistas imediatas”. Nessa perspectiva, as considerações de Montes são fundamentais para a compreensão das ações construídas pelas pessoas comuns no decurso de sua história. Conforme essa autora:

[...] ‘a produção da vida material’ pode ser o ponto de partida, inescapável e ‘em última instância’ determinante da labuta quotidiana do homem pela sua sobrevivência, mas nem por isso esgota sua experiência de vida, nem constitui, portanto, o único terreno, e sequer o campo privilegiado, a partir do qual ele se dedica à tarefa infindavelmente recomeçada de conferir-lhe sentido, resistir ao sofrimento e inventar sempre novas razões de esperança, sem o que a existência se torna simplesmente insuportável. (MONTES, 1983: 303)

Se o fator econômico determinou a entrada dos camponeses no MST, como foi perceptível nos relatos, no processo de lutas e no cotidiano do assentamento outras dimensões da vida foram desenhando novos e antigos valores, sem que o elemento econômico necessariamente estivesse ausente. Fatores políticos, sociais, culturais, dentre outros, foram (re)definindo as práticas dos homens e mulheres na luta para permanecerem na terra, em ações derivadas, num primeiro momento, na defesa da “terra de trabalho”, mas sem que o sentido do coletivo deixasse de existir como potencialidade para a prática histórica. Nesse entremeio importa entender se a dimensão política não poderia ser apreendida também no assentamento, a partir de saberes que não se limitaram aos interesses imediatos.

A cartilha intitulada “Vamos organizar a base do MST”, ao ser analisada a partir de uma história a contrapelo, possibilita a apreensão dos limites do conceito de “massa”, como aquela que luta somente pelo imediato. A Cartilha salienta a necessidade de uma estrutura organizativa para dar sustentação ao “movimento de massas” e aos seus “diferentes níveis”. Para tanto, há uma distinção do que seria a “base” e a “massa”, destacando-se ainda o papel da direção e dos militantes.

a) Direção: É o núcleo dirigente responsável pela direção, unidade e condução do movimento de massa. Deve estar a nível local, estadual e nacional.

b) Militantes: São os que dão sustentação e organicidade ao movimento de massa. Ou seja, são as pessoas mais conscientes, que fazem o vínculo

AS LUTAS CAMPONESAS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP:  
PARA ALÉM DA MASSA E DA VANGUARDA...

entre os objetivos e decisões que a organização toma com sua ampliação na base e no meio da massa.

c) Base São os trabalhadores que se identificam com a organização e se sentem parte dela.

d) Masa: São todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão representatividade ao movimento. É a população atingida pelas mensagens e que pode ou não se mobilizar. (MST, 1995: 08) (grifo meu)

Os trabalhadores sem-terra ou assentados seriam a “base”, cuja identidade corresponderia à Organização do MST, sentindo-se parte dele. Já a “massa” se mobilizaria em torno de objetivos comuns e imediatos dando “representatividade” ao Movimento, podendo “ou não se mobilizar”. Generaliza-se, então, a interpretação na afirmativa de que seria a “massa” “a população atingida pelas mensagens”, inibindo-se a possibilidade de compreender os camponeses – no dizer da cartilha: a “massa” - como também capazes de produzir mensagens. Aos dirigentes caberia o papel de “direção, unidade e condução”; aos militantes dar “a sustentação e organicidade ao movimento de massa”, sendo “as pessoas mais conscientes”. Talvez esteja aí, no estabelecimento de “níveis de consciência”, a fragilidade para a apreensão de saberes que os extrapolam. Observo ainda que, se nas primeiras publicações do Movimento, e mesmo em suas normas gerais, encontra-se a sinalização para a existência da “base”, aquela que daria a estruturação orgânica para o MST, é o termo “massa”, principalmente a partir da criação do setor de Frente de Massa, que passa a tomar fôlego nas publicações e na referência aos camponeses que não faziam parte da Organização.

A consciência, como sugere E. P Thompson, desenha-se no “fazer-se” movimento, ou seja, na experiência vivida por homens e mulheres em meio à opressão. Nesse “fazer-se” se encontram militantes, dirigentes, acampados e assentados “experimentando” práticas de luta. Não se trata, então, no meu entender, de níveis de consciência, mas de posições delineadas e determinadas no processo de lutas, na inter-relação do novo e do velho, da cultura e da política, da economia, da religiosidade, etc.:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não



iremos supor que o ‘ser’ está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a ‘consciência’ (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadoras, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. (1981: 16)

Foi possível apreender nos assentamentos estudados saberes que se expressavam no desejo da “terra de trabalho”, de nela permanecer, de transformar o meio vivido, mas ainda de preservar. Isto não quer dizer a negação do espaço de lutas, ou de outras formas de cooperação<sup>10</sup>, mas a afirmação de identidades e de alteridades que necessitam ser interpretadas para além dos níveis de consciência.

A partir da análise dos cadernos de formação, principalmente das publicações da década de 1990, percebo, de certo modo, uma perda da referência do sentido de “base”, oriunda em especial das influências de parte da Igreja Católica nos idos de 1970 e 1980, bem como do sindicalismo combativo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para surgir, como expoente, o princípio de “massa”, principalmente na premissa da necessidade do “movimento massivo”, quantitativo. Apresentava-se, desse modo, entre os anos 90 e 2000, uma leitura fundamentada na compreensão de que o ato de “ser mais consciente” caberia à Organização, ao encontrarmos em alguns cadernos de formação do MST a afirmativa de que a base e, particularmente, a “massa” seriam incapazes de pensar por conta própria, daí requerer o líder, aquele que consciente do que lhes oprimia, as conduziria para as transformações.

Por outro lado, o trecho abaixo, retirado do relato de Dona Creuza, foi significativo para a percepção da influência dos princípios cristãos na definição do papel da militância no trabalho com os camponeses:

A gente necessita como militante, mas essas pessoas necessitam muito mais do que você, então ser militante é dedicar inteiramente para um povo que necessita muito de você, tirar de dentro de você aquilo que você tem de mais profundo e dedicar a essas pessoas todo amor, todo carinho, toda

---

<sup>10</sup> Schimanski e Souza, no texto “A cooperação nos assentamentos do MST: superação da agricultura familiar?”, ao analisarem o processo de desenvolvimento da cooperação nos assentamentos de Reforma Agrária no sul do Brasil, chamam a atenção para o fato de que: “os intentos do MST de construir uma identidade coletiva não suplantaram a raiz camponesa das famílias de agricultores envolvidos no projeto cooperativo. Ao contrário, apesar de parecer paradoxal, a análise de duas experiências demonstraram (sic) que foi no âmbito das contradições experimentadas pelos agricultores nas cooperativas que a unidade familiar se tornou mais ativa – e, que, em certa medida, tornou o processo coletivo mais profícuo”. (2007: 243)

bondade por um povo que necessita, que não sabe o que é amor, que tão ali jogados, que já perdeu a esperança, que já perdeu a vontade de viver, que já perdeu tudo. Então eles, as pessoas vêem você um [...] eles olham em você e fala: ‘Meu Deus, você é tudo pra mim, você é a salvação da minha vida’. Muitas pessoas diz isso: ‘vocês vieram pra nos salvar’. Então eles têm você como a salvação deles, porque tiraram eles daquela vida sofrida, tiraram eles daquele mundo de sofrimento, e é uma vida que você se dedica realmente. Quando você sabe que você tá fazendo um trabalho por um povo que precisa, por um povo que sofre, você trabalha com toda a garra, com todo amor. É muito gostoso, é muito bom, é uma luta que você não tem, que você não tem [...] eu não tenho palavras pra expressar o que é ser militante, é muito além de você, é além de você, é uma coisa muito boa, muito gostosa.<sup>11</sup>

O relato de Zelitro tornou-se emblemático ao expor a crítica à compreensão do MST na região do Pontal, centrada exclusivamente na leitura dos líderes, vistos como síntese desse Movimento. Ao ultrapassar a designação de “massa” e de “vanguarda” e apontar para o desejo de “ser mais um soldado nesta trincheira”, esse entrevistado apresentou a dinamicidade de interpretações no cerne do MST, questão que, ao invés de empobrecer-lhe, pode demonstrar a sua riqueza e a diversidade das interpretações. Para esse camponês: “[...] até hoje eu não cultivo essa ideia de se apresentar como direção do Movimento, como [...] Tenho posição de ser mais soldado nesta trincheira mesmo. Isso permanece em mim”<sup>12</sup>. Indagado sobre o significado do ser militante e ser povo, observou:

[...] Militante e povo é uma coisa só. [...] acho que é aquela questão de você tornar sujeito. Pessoas que nunca imaginaram que teria o direito a palavra, de ser sempre anônimo no acampamento, ele tem essa oportunidade. Alguém vai coordenar o setor da saúde, outro vai coordenar [...], ajudar na comissão de limpeza, qualquer coisa. As pessoas se sentem feliz por isso, se sente importante, se sentem úteis, e aí que forjando de fato uma militância, vai se forjando uma consciência também.<sup>13</sup>

Desse modo, não encontrei uma leitura homogênea, unívoca, entre os militantes e dirigentes entrevistados para a análise dessa questão. Tanto que o termo “massa”, tão comum nas publicações do Movimento, ao ser indagado nas entrevistas quanto ao seu significado, causava reticências, levando à percepção de que carregava consigo contradições, mas, em vista de outras questões prioritárias para o MST, como, por exemplo, a necessidade da continuidade das lutas, aumento do número de participantes nas

<sup>11</sup> ENTREVISTA. Creuza. São Bento, setor II, 02/05/2002.

<sup>12</sup> ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

<sup>13</sup> Idem.

ocupações, “massificando-as” para com isso dar-se a conquista da terra, o debate se fez sufocado, em especial entre os anos 1990 e 2004.

Houve, então, leituras contrapostas quanto ao que significava e representava a “massa”. Para alguns militantes e dirigentes ela poderia ser denominada “povo”, “base”, ou qualquer outro termo que designasse a sua força e a sua composição política. Para outros, simbolizaria a quantificação e a necessidade de ordenamento das ações, devido à impossibilidade da “massa” fazê-lo pelo seu caráter de anomia.

Cledson, um dos dirigentes do MST na região e assentado no São Bento, ao apresentar o significado do setor de Frente de Massa evidenciou a inexistência de um consenso em relação a esse debate. Em seu relato pode-se perceber que ambos os conceitos, de massa e de povo, adquiriram a mesma significação:

[...] pra mim, dos setores do Movimento Sem Terra, um dos principais setores hoje é a Frente de Massa. Porque a Frente de Massa? Porque massa é povo, massa é povo. Então podia ser Frente do Povo. Frente de Massa já seguindo aí o ditado mais popular que tem como compromisso ir pros municípios, principalmente os mais pobres nas periferias da cidade, juntar o povo, juntar o povo lá no bairro e tentar convencê-lo eles pra vir lutar pela terra.<sup>14</sup>

Venzel, discutindo a diferença entre a concepção de “massa” e de militância, procurou sinalizar para a distinção e os limites de ideais e de sonhos presentes nos sujeitos. Conforme esse militante, para a Organização o sonho estaria em uma nova sociedade, já a “massa” sonharia com o seu pedaço de chão, a terra, necessitando ser “carregada para a luta”. Todavia, no término de sua fala, observou que não tinha certeza quanto à significação do que seria “massa”, permanecendo a incógnita e o espaço aberto para o diálogo:

[...] eu acho que o que diferencia militância de massa é aquilo que eu falei antes, né? É até onde chega o desejo de cada um. Que pra mim a massa ela chega até a terra, até o sonho de ter um pedaço de terra (pausa) e a militância chega a transpor esse sonho de ter esse pedaço de terra. Busca uma nova sociedade, que uma nova sociedade também é terra pra todo mundo. Mais a massa, se a gente, se a militância não trazer essa massa pra luta, ela não vem por si só. [...] acho que essa é um pouco a diferença. Mais também não tenho certeza disso não!! (voz entoada). Não tenho certeza se massa, porque geralmente fala massa, massa de manobra, ou a militância manobra pra esquerda ou manobra pra direita, não tenho bem certeza desse negócio. Então eu prefiro nem formar uma opinião, eu prefiro deixar uma incógnita, porque eu quero aprender sobre isso.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> ENTREVISTA. Cledson. Teodoro Sampaio. Secretaria do MST, 08/03/2001.

<sup>15</sup> ENTREVISTA. Venzel. Teodoro Sampaio, 18/08/2001.

José Rainha Jr., ao ser indagado quanto a esse ponto, observou que fazia a distinção entre “massa” e “povo”. Para ele, o conceito de povo foi bastante utilizado pela Igreja Católica ao se referir a todas as pessoas, já para o MST, a “massa” explicitaria os excluídos, os quais, no seu dizer, “não são todas as pessoas”. Fiando essa compreensão, esse entrevistado, que no momento da entrevista ainda fazia parte do quadro de Organização do MST, observou:

São conceitos. Porque você trabalha o povo brasileiro são muitos [...]. A Igreja trabalha o sistema povo, porque ela trabalha todo mundo. Quando você trabalha, faz o uso a massa de trabalhadores, você trabalha a massa falida, quer dizer a massa paupérrima, a massa excluída que é o monte, neste sentido, porque a massa é um monte, milhares, milhões. Então a massa de pobres e excluídos. Quando você bota povo. Todos nós somos povo. O intelectual é povo, o empresário é povo. Ele é gente, ele é povo, no sentido povo. Agora quando você trabalha a massa, você trabalha o excluído. E eu trabalho muito, quando eu uso a massa, é a massa de pobre excluído, porque ele é a grande maioria excluída. Então é nesse sentido. Eu trabalho também o sentido povo. Quando eu uso a terminologia povo, eu tô usando povo excluído. O povo marginalizado, se não você bota no geral. A Igreja não trabalha, ela costuma trabalhar todo o povo como seres humanos, que todos somos. É igual você trabalha seres humanos, é todo mundo. Não importa se é rico, se é pobre, é tudo ser humano. Quando você trabalha ser humano no ponto de vista ideológico, aí você trabalha a classe. Então quando nós trabalhamos isso, massa, povo excluído, nós trabalhamos ideologia, classe, a trabalhadora, a excluída, a marginalizada. Aí você tem [...] são ideologias. Aí você trata pra organização. É nesse sentido que eu trabalho essa relação. É muito mais pedagógico você trabalhar com o pessoal, usar isso, essa terminologia. Eu uso muito isso: a massa falida, a massa excluída trabalhadora. Aí eu tô trabalhando ideologia. E quando você trabalhar povo no sentido só, eu tô trabalhando todo mundo. E não é todo mundo que é excluído, miserável. Então, é nesse sentido, pedagogia de trabalho.<sup>16</sup>

Compreendo que não se trata somente de indagar quanto à questão semântica, conceitual ou mesmo pedagógica da utilização das terminologias “massa<sup>17</sup>” ou “povo”,

<sup>16</sup> ENTREVISTA. José Rainha. Teodoro Sampaio, 30/06/2003.

<sup>17</sup> Conforme Ferreira (1986: 1099), massa significa: “**1.** Quantidade mais ou menos considerável de matéria sólida ou pastosa, em geral de forma indefinida. [Cf. pasta (1 e2)] **2.** P. ext. Quantidade relativamente grande de um fluido: massa de água; massa de ar. **3.** Aglomerado de elementos (em geral da mesma natureza) que formam um conjunto: massa de edifícios, de penedos. **4.** A totalidade, ou grande maioria: a massa dos ouvintes; **5.** Mistura de farinha com água ou outro líquido, formando pasta: massa de bolo. **6.** Comestível cru, de farinha de cereais amassada, destinado a ser cozido: massa alimentícia. **7.** Qualquer iguaria feita com essa massa: O prato de massa hoje foi lasanha. **8.** Substância mole e pastosa preparada para determinado fim; pasta: massa de tomate; massa de porcelana; massa de pedreiro. **9.** Número considerável de pessoas que mantêm entre si uma certa coesão de caráter social, cultural, econômico, etc.: alfabetização da massa. (Nesta

vendo-as como se estivessem descoladas da realidade, do vivido, mas de analisar principalmente o sentido atribuído às práticas e às representações, ao sentido e ao percebido pela Organização para a compreensão das pessoas comuns em meio ao MST e à sociedade, enfocando ainda a interpretação que os camponeses, de um modo geral, apresentaram acerca do Movimento.

Ambigualmente, em diversos espaços, como se depreendeu das falas, do acampamento ao assentamento, nos congressos, nos encontros, nos cursos de formação, viu-se diluído o sentido de quantificação da “massa”, já que as pessoas iam se “descobrir”, se “re-conhecendo” como potencialidade e força em suas singularidades, bem como no sentido do coletivo vivido em determinados momentos. A percepção de ser camponês em confronto com a constante opressão, e o saber dizer não construído a partir do dimensionamento de novos valores, constituídos nos tempos de luta das ações do MST e no cotidiano da “terra de trabalho” expressaram práticas que “re-dimensionaram” a leitura da “vanguarda”, ou seja, daqueles que necessitariam estar à frente para o “avanço” da “massa”.

Foi comum nos relatos da militância e da direção a afirmação de que a sabedoria emanava do povo, tendo ele todas as respostas para as questões que lhes afligia <sup>18</sup>, bastando saber indagar, como observou Venzel: “[...] o maior aprendizado que a gente tem é no meio do povo. O povo te ensina, o povo aprende no dia a dia, não necessariamente uma universidade vai te ensinar tudo o que é bom pra sua vida, né?”<sup>19</sup>

Foi também costumeira, como depreendido de parte das entrevistas e dos cadernos de formação, a visão de que seria necessária a camada dirigente, a camada pensante a iluminar o caminho para que a massa não se perdesse na luta pelo imediato. São situações-

---

acepção, opõe-se a indivíduo (3). 10. Turba, multidão”. Percebe-se que há uma variedade de conceituações para a massa, prevalecendo todavia o caráter quantitativo.

<sup>18</sup>Valverde (1986: 228) cita um trecho de Mao-Tse-Tung, um dos referenciais do MST, que é significativo para a reflexão da compreensão estabelecida pelos militantes e dirigentes no que se refere ao saber das “massas”. Nas palavras de Mao-Tse-Tung: “Em todo o trabalho prático de nosso Partido, toda direção correta está baseada necessariamente no princípio: ‘das massas às massas’. Isto significa recolher as idéias (dispersas e não sistemáticas) das massas e sintetizá-las (transformá-las, mediante o estudo, em idéias sintetizadas e sistematizadas) para depois levá-las às massas, difundí-las e explicá-las, de modo que as massas as façam suas, perseverem nelas e as traduzam em ação, e comprovar na ação das massas a justeza dessas idéias. Depois, há que voltar a recolher e sintetizar as idéias das massas e levá-las às massas para que perseverem nelas, e assim indefinidamente, de modo que as idéias se tornem cada vez mais justas, mais vivas e mais ricas de conteúdo. Tal é a teoria marxista do conhecimento”.

<sup>19</sup>ENTREVISTA. Venzel. Teodoro Sampaio, 18/08/2001.

limite, pois, se por um lado dá-se a afirmativa do saber que emana do povo, esse saber necessita ser ordenado pelo “saber pensante”. O saber existe enquanto potencialidade, mas se perde no terreno da luta pelo imediato.<sup>20</sup>

A entrevista realizada por Narita, em 2000, com José Rainha, evidenciou a leitura de que não seria preciso que todos pensassem, já que alguns iriam pensar, “vão estar conscientes”, e “outros vão participar”. Apresentou-se nesse relato a leitura da vanguarda, a quem caberia a direção exclusiva do processo de lutas:

O povo não percebe o mal que é o capitalismo porque tem um poder manipulador; quem tá tem os mecanismos de manipular: a escola e os meios de comunicação sociais. Quem vence é quem tem dinheiro. E o povo não tem consciência. Mas não precisamos fazer a consciência de todo mundo pra fazer a luta: é uma parte que tem que estar consciente, e os outros vão participar. Por isso que o socialismo é uma construção. Eu acredito que uma parte dessa consciência nós vamos construir. (apud NARITA, 2000: 352)

Na série cadernos vermelhos do MST, quando da discussão estabelecida sobre “Como organizar a massa”, observa-se a seguinte afirmativa: “[...] a massa pode não ter consciência dos problemas que tem, mas ‘sabe de cor e salteado’ as dificuldades que enfrenta. Ela sabe tudo o que falta, não sabe das causas e quem são os culpados por tudo isso, por isso tem dificuldades em se organizar por si própria” (MST, 1991:11). Conforme essa fonte: “As mobilizações sempre devem trazer ganhos materiais. Não basta alcançar vitórias políticas. Isto é importante para a Organização e para os militantes. A massa precisa de conquistas econômicas para manter-se estimulada e continuar na luta”. (MST, 1991: 15)

Percebo, por essa interpretação, uma clara distinção entre o que seria importante para a Organização – a direção e os militantes – e o que faria com que a “massa”

---

<sup>20</sup>Essa questão remonta às influências teóricas do MST, como, por exemplo, da obra “Que Fazer?”. Para tanto, ver Ulianov (1973). Nessa obra, observo o trecho em que Ulianov (1973: 39) assinala ser preciso “a consciência social-democrata” dos operários advir do exterior, já que: “A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com as suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que precisa se agrupar em sindicatos, lutar contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais”. Valverde (1986: 101), discutindo a “militância e o poder”, ao refletir sobre tal obra, salienta que seu eixo está na: “oposição consciência espontânea/consciência socialdemocrata”. Assim: “Lênin procura demonstrar a tese de que o que ele denomina ‘consciência socialdemocrata’ só pode ser introduzida na classe operária a partir de fora, apelando para o fato de que a teoria socialdemocrata (o marxismo) só pode ser elaborada por intelectuais, provenientes das classes possuidoras”.

permanecesse estimulada para que não desistisse de participar. Em relação à Organização, importariam as “vitórias políticas” para que delas se alimentassem. Já a “massa” iria requerer as “conquistas econômicas”, o que faria com que permanecessem na luta. Indago se não estaria aqui, na leitura que se tece sobre as “massas”, um dos empecilhos para a apreensão, por parte da própria Organização, das práticas e saberes dos camponeses.

É preciso observar que a afirmação da inexistência da consciência por parte da “massa” não se referiu somente a uma especificidade do MST no Pontal, como sugeriu parte dos militantes e dirigentes, bem como alguns dos assessores do Movimento, ao assinalarem que a região trazia consigo essa carência, haja vista a ausência de um trabalho sólido de formação anterior ao acampamento. Algumas publicações do Movimento no âmbito nacional referendaram a leitura da inexistência dessa consciência em relação ao campesinato, visto como “ingênuo”, “artesanal”, “atrasado” e “arcaico”, uma leitura comum em parte da historiografia da questão agrária brasileira, entre os anos 1950 e 1960.

Se na interpretação de documentos do MST o político e o econômico se distinguem e expressavam interesses diversos para a “massa” e a “Organização”, isso parece sustentar o entendimento de que seria possível dissociá-los na apreensão dos saberes dos camponeses inseridos no processo de luta. Entretanto, foi possível perceber, por vezes, nas narrativas, a associação de valores para os camponeses, ultrapassando a concepção de que a “massa” seria um receptáculo preche de sabedorias da vida e da compreensão do imediato, mas “vazio” de entendimento do porque o imediato se estabeleceu de um modo e não de outro. A discussão que Thompson estabelece acerca dos valores é elucidativa para repensar essa questão:

[...] os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações, são tão ‘sujeitos’ (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. (1981: 194)

Bil, dirigente do MST na região, discorrendo a respeito do que mudou do acampamento ao assentamento, com enfoque para a organicidade política dos camponeses, salientou que:

O Movimento põe militante em todo o assentamento, mas ao longo do tempo, os trabalhadores vem cansados do acampamento. Não é fácil aguentar barraco quatro, cinco anos, ele chega parece que rebelde no assentamento. Os que pega consciência política não, tudo bem, mas agora os que não conseguiu pegar consciência política fica rebelde, fala: ‘tô solto, ninguém manda mais em mim, nem o governo, nem o sistema’, daí a pouco tá quebrado e acaba com a organicidade. Até então é assim, aí topamos com uma grande dificuldade, uma grande dificuldade.<sup>21</sup>

É preciso uma crítica à afirmativa de que “os que pega consciência política” conseguiam acompanhar o Movimento, enquanto os outros “fica rebelde” no assentamento. Diferentemente da ideia do “laboratório”<sup>22</sup>, a vida não se resume à “consciência de classe”, se vista como um molde ou um formato, no qual haveria um encaixe em que aquele que conseguisse se adequar aprenderia então os princípios da Organização, tornando-se dela parte. Por construir-se, fazer-se no processo de lutas, os homens e mulheres descobrem-se capazes por meio de suas experiências, sugerindo um novo olhar para as suas práticas. É válido, desse modo, apreender as potencialidades da luta também a partir da “rebeldia”. Rebeldia que se expressara não somente pelo espaço do confronto, do enfrentamento direto, mas também pela conformação, como meio de luta para se manter camponês. Chauí (1986) ao analisar os aspectos da cultura popular no Brasil contribui para esta reflexão ao observar que os homens e mulheres conformam-se ao resistir e resistem ao se acomodar.

Mesmo apresentando a subordinação dos camponeses à lógica capitalista as considerações de Simonetti são sugestivas para a compreensão das ações dos sujeitos não

---

<sup>21</sup>ENTREVISTA. Bil. Teodoro Sampaio, Secretaria do MST, 29/04/2002.

<sup>22</sup> Termo empregado pela militância e direção do MST, como uma das formas de organizar os camponeses tanto no tempo do acampamento, quanto no assentamento, haja vista o objetivo do desenvolvimento do trabalho coletivo, nos moldes de uma empresa bem-sucedida, no caso as Cooperativas. Esses laboratórios derivam da influência de Moraes (1986) com a teoria dos “laboratórios organizacionais no campo”. Para uma reflexão da resistência camponesa em relação aos laboratórios, ver: Brenneisen (2000). Ver ainda Schimanski e Souza, pois ao estudarem o processo de desenvolvimento da cooperação nos assentamentos de Reforma Agrária no sul do Brasil tecem uma crítica a proposta do Laboratório Experimental, entendendo que: “Muitas vezes, contraditoriamente ao que propõe como modelo de sociedade e ruptura com o atual sistema, acabam sobrepondo ao seu projeto de transformação social da vanguarda um dirigismo desmedido, ao qual o camponês deveria adaptar-se” (2007: 253)



necessariamente condicionados a essa lógica, principalmente ao buscarem reafirmar o seu modo de vida a partir do universo simbólico/cultural:

Ao mesmo tempo em que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores. A recusa em trabalhar para um patrão, mas com liberdade em sua própria terra é um exemplo dessa resistência. (1999: 56)

Na análise das histórias de vida e de luta, compreendo que as questões econômicas e políticas foram vividas pelos camponeses, de maneira que, mesmo expondo a situação de carência, não anularam a potencialidade do saber, o que se depreendeu das práticas desde o tempo do acampamento, como, por exemplo, na mudança e inversão de valores em relação às cercas e ao direito à propriedade.

Seu Aparecido, assentado no São Bento, ao contar a sua história de luta no acampamento União da Vitória, pontuando a forma como entravam na fazenda para o plantio, retirando-se logo em seguida para o acampamento, por meio da “ação motorizada”, evidenciou essa afirmativa. Com voz enfática, esse entrevistado narrou uma passagem de sua vida em que, ao ser preso e interrogado na delegacia de Mirante do Paranapanema, estabelecendo um diálogo com o delegado, expressou a sua concepção de direito:

Seu Aparecido - Quando eu cheguei lá ele só perguntou:

Delegado - Mais o que vocês estavam fazendo lá?

Seu Aparecido - Aí, nós fomos lá pra tombar aquela terra, pra plantar milho, arroz, feijão [...]

Delegado - Mais por que? Aquela fazenda lá tem dono? Não tem não?

Seu Aparecido- Tem dono, mais é muita terra, tá sobrando terra, e a gente quer um pedaço. Nós fomos lá, tombemos e plantemos.

Delegado - Tá arrependido?

Seu Aparecido - Digo, tô não, não fiz coisa errada!

Delegado - Então você acha que tá certo?

Seu Aparecido - Tá certo sim, agora nós vamos plantar, e agora se ele quiser vai resolver com o governo, lá com o presidente, nós quer a terra plantada!!<sup>23</sup>

Esse relato foi sobremaneira ilustrativo por expressar os valores a fazer com que os camponeses permanecessem na luta como acampados, dimensionando as práticas de luta, se “re-construindo” nas diversas situações vividas no MST como sujeitos de direito. A concepção de direito, costumeiramente imposta pela constitucionalidade para os pobres do

---

<sup>23</sup> ENTREVISTA. Aparecido. São Bento, setor III, 01/07/2002.

campo e da cidade, remeteu-lhes quase sempre à necessidade de uma posição de passividade; todavia, formas diversas evidenciaram (e evidenciam) inversões possíveis ante as tentativas de ordenamento do campesinato ao longo da história brasileira. O direito do plantio e o cultivo do alimento, como percebido no relato, foram mais fortes que o direito de propriedade do fazendeiro. Ter a terra plantada requeria naquele contexto a ousadia, a teimosia e a consequente inversão do direito. E foi isso o que homens e mulheres assentados no Che Guevara/Santa Clara e São Bento fizeram e construíram - como constroem ainda no tempo presente -, por entre práticas, desnudando concepções de direito moral (THOMPSON, 1981, 1998) e possibilitando a compreensão de suas histórias por outras vias que não a única e exclusiva das “conquistas imediatas”, ou seja, da determinação econômica a inviabilizar-lhes a potencialidade dos sonhos e da utopia.

Diferentemente da massa desordenada, opaca, sem vida, como tratou Baudrillard (1985), o que pude perceber quanto as ações dos camponeses do MST no Pontal do Paranapanema foi a constituição de sujeitos que construíram (e constroem) a história do MST, pagando, por vezes, o preço da própria vida, como se pode apreender na luta pela terra no Brasil, desde o princípio da colonização, fortalecida na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando das chacinas de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, por exemplo, entre muitas outras mortes. Trata-se, então, como denuncia a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde os anos 1980, de histórias de vida e de morte. De conquistas e de perdas.

No caso do Pontal, a prática da milícia armada, derivada das ações da União Democrática Ruralista (UDR) no percurso da década de 1990, tornou-se costumeira, quase que complemento dos aparatos policiais. Porém, a forma como o Movimento Sem Terra desenvolveu suas lutas e, no dizer dos camponeses, os métodos empregados, como os da “ação motorizada”, fizeram com que sua história não se assemelhasse aos campos de Rondônia e do Pará.

Zelitro observou que, por mais difíceis as lutas devido às prisões e perseguições vividas pela Organização, “[...] nós nunca tivemos uma vítima fatal”. Destacou ainda: “[...] nós nunca tivemos um despejo violento assim por parte da polícia, de chegar, de criar um amedrontamento e trazer consequência de desmassificação. A sociedade entendeu ligeiro o

papel do MST aqui, porque nós optamos em não penetrar neste espaço de disputa política eleitoral”.<sup>24</sup>

Nas práticas, costumeiramente carregadas do relato de avanços e de recuos, homens, mulheres e crianças desenharam (e desenham) a trama de suas vidas, por entre os barracos nas cidades de lona, no espaço público das estradas, avenidas, praças e na labuta da “terra de trabalho” quando do assentamento. As diversas experiências vividas pelos sem-terra no Pontal do Paranapanema nos acampamentos até chegar aos assentamentos Che Guevara/Santa Clara e São Bento, entre muitos outros assentamentos conquistados nas décadas de 1990 e 2000, exemplificaram a persistência desses camponeses no fazer-se agentes sociais no processo de lutas, ainda que também sujeitados à violência, principalmente a vivida pelos militantes e dirigentes, constantemente acusados de “formação de quadrilha”, vivendo a prisão e a sentença do arbítrio. A judicialização da questão agrária no Pontal do Paranapanema foi (e continua a ser) uma prática comum dos juízes e delegados, entre outras representações judiciais, na região.

Num texto de estudos utilizado como material de formação do Movimento, intitulado “Um passo a frente”, chamou a atenção o item que corresponde às “tarefas internas do MST”, ao afirmar ser preciso a militância: “Manter a mobilização permanente e a luta de massas”, pois “as massas somente se conscientizam, quando lutam” (MST, 1997: 42). Dando prosseguimento a essa leitura, salientou o texto: “Devemos ser um fermento no meio da massa trabalhadora em geral, para fomentar lutas de massa”. (MST, 1997: 43)

Nesses termos, percebo que o fermento seria a Organização do MST, por meio da direção e da militância, já o trigo seria a “massa” (a farinha que necessita ser amassada e conformada, juntando-se ao fermento para que ela cresça, sem esse, permaneceria pó). A “massa” por si só se esvairia ao vento. Numa outra interpretação, penso em pessoas que, na luta cotidiana pela sobrevivência, juntaram suas forças no trabalho familiar e, em determinadas ações coletivas para enunciar interesses e por eles lutar, os quais, sendo singulares, tornaram-se também plurais, dando forma e força ao Movimento Sem Terra.

Não se tratou, aqui, de enaltecer o voluntarismo ou o espontaneísmo para justificar a existência do sujeito para além da “massa” nos acampamentos e assentamentos, prescindindo da Organização, mas de compreender que é possível a confluência de ideários

---

<sup>24</sup> ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

e de saberes para a própria constituição do corpo que sustenta esse Movimento. Entendo como corpo a completude do sujeito, sem a distinção de membros e de cabeça.

Desse modo, tratar os sujeitos sociais a partir da concepção de massa, ou pensá-los somente pelo olhar do sujeito coletivo, seria uma forma de anular a capacidade de autonomia, de utopia e de desejos que pertencem ao indivíduo, sem necessariamente torná-lo “individualista”. Ser coletivo não quer dizer, radicalmente, a necessidade de deixar de ser indivíduo. É possível a confluência de valores, em práticas que, imbuídas de subjetividades – do desejo de ser pessoa –, tragam em seu bojo também as condições objetivas da vida, particularmente na percepção das carências materiais e na apreensão de que é preciso, na vivência dessas condições, buscar a sua superação.

Numa outra fonte do MST, denominada “Construir um sindicalismo pela base”, elaborada em conjunto com o Departamento Rural Nacional da CUT, na discussão do trabalho de base, há também a afirmação de que a “massa” necessita ser despertada, sendo a militância vista como “o fermento que põe a massa em movimento”, por essa ser incapaz de seguir os percalços que o movimento de lutas apresenta, caso não tenha uma direção:

Tem gente que fala da massa com pena, por desprezo ou tática. A finalidade de nossa militância é despertar a massa e organizá-la. É verdade que o fermento põe a massa em movimento, porque a massa não vai sem direção. Mas é ela que faz a mudança. Por isso, a massa que é a maioria deve ser sempre a parcela mais importante das nossas atividades. (MST, 1987: 12)

Nessa publicação há uma clara distinção entre o que é a liderança e o que significa a “massa”. Salienta-se, nesse documento, que, por ser aquele que fala e representa publicamente o pensamento e o desejo do povo, o líder é sinônimo de direção: “É por isso que a massa apóia e segue o líder”. Reforça-se ainda a necessidade de que “o líder não vire um ‘chefe’ ou um aproveitador”, daí o trabalho de base exigir que “ele pertença a um grupo de confiança que garanta os acertos”. (MST, 1987: 12)

Quanto a essa discussão, observo as considerações de Bernardo Mançano Fernandes, um intelectual orgânico da academia, ao refletir sobre o conceito de massa na visão liberal e “revolucionária” (aspas do autor). Esse autor expôs que, para Baudrillard: “Ninguém pode dizer que representa a massa, e esta é sua vingança. As massas não são mais uma instância à qual se possa referir como outrora se referia à classe ou ao povo”

(apud FERNANDES, 1994: 156)<sup>25</sup>. Fernandes salientou que, se associadas às duas visões, a liberal e a “revolucionária”:

[...] podemos chegar à seguinte conclusão: em vez de transformar, a massa se transforma em mais massa, ela absorve toda a energia, todo o trabalho, e não produz nada de novo, ela se reproduz nela mesma, sempre. Aqui cabe muito bem a idéia de máquina que se reproduz continuamente. Quanto mais se pretende dar forma para a massa, mais a massa se desfigura. (1994:156)

Anterior a essa publicação, no ano de 1993, esse autor, em texto mimeografado, já havia levantado a problemática do conceito de “massa” para entender as pessoas comuns no Movimento. Ao propor essa polêmica para o MST, apontava, então, os limites da utilização da expressão “frente de massa” para designar o setor responsável em organizar os trabalhadores sem-terra na comunidade. Naquele contexto Fernandes assinalava que:

A massa não tem razão, embora tenha propostas não consegue realizá-las, ela não pensa, apenas absorve os comandos de seus líderes que ajudam a massa a se organizar para atingir seus objetivos. As lideranças dão ordem a uma massa disforme, procuram dar uma forma para a massa. Aqui a massa tem como representação máxima os seus líderes, que são a parte pensante e exercem uma influência muito grande sobre a mesma, que lhe dá segurança, garantias, etc. (1993: 02)

Na época Fernandes propunha uma revisão do termo e do sentido atribuído a ele, chamando a atenção para a distância que se impunha entre aqueles que o MST considerava massa e a liderança, cabendo a primeira o ato de ser conduzida e à liderança a ação de “pensante” na condução do processo. Entretanto, em vista das condições imediatas de necessidade de encaminhamento das ocupações, como reforça esse autor, o debate foi deixado de lado no interior do MST, e por ele próprio. Numa entrevista com esse pesquisador, indaguei a respeito de tal debate. Como resposta, observou que:

[...] eu continuo defendendo o princípio do texto de que a massa não é uma coisa que o movimento social deva defender, porque massa é aquilo que não tem forma, é aquilo que o Marx chamou de ‘saco de batatas’, né? Então, eu sou favorável à organização social, à organização política, à conscientização e à construção da identidade. Mas eu sei que isso não é um trabalho só do Movimento Sem Terra. Isso é um trabalho do Movimento Sem Terra, isso é um trabalho da Universidade, isso é um

---

<sup>25</sup>A análise que Baudrillard estabelece acerca da “massa” difere frontalmente das narrativas coletadas no Pontal, já que as falas dos assentados, dos militantes e dirigentes, em sua maioria, enfatizam o MST como a sua representação legítima. Entenderam ainda que as ações que estabeleceram como sujeitos da história deste Movimento foram significativas para o nascer da luta dos “sem-terra” na região e por outras localidades.

AS LUTAS CAMPONESAS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP:  
PARA ALÉM DA MASSA E DA VANGUARDA...

trabalho do Partido, isso é um trabalho dos Sindicatos, esse é um trabalho de toda a sociedade [...].<sup>26</sup>

Ademar Bogo, teórico e sujeito do MST, ao referir-se à formação ideológica dos camponeses e a conseqüente necessidade de constituição de quadros para atuar no processo de transformação revolucionária, se assemelha - em alguns momentos - à leitura de destituição do papel de sujeitos na análise das ações dos homens e mulheres, pois se esses não se apresentam na perspectiva do “sujeito revolucionário”, com o papel de “socializar os meios de produção” e negar a propriedade privada, dentre outras prerrogativas entendidas como básicas para a transformação da sociedade, tornam-se os entraves para o desenvolvimento de um projeto amplo de socialização, devido “à superstição, à tradição, à contemplação e ao raciocínio associativo”. (BOGO, 1998a: 05)

Discorrendo a respeito da consciência política, Bogo observa que é “[...] através da prática que o ser humano modifica a natureza das coisas e assim moldará a sua própria conduta. É desta relação com a natureza que o ser humano torna-se parte da própria natureza ‘como uma de suas forças’”. Todavia:

[...] a cultura camponesa produzida através das relações, mais com a natureza do que com as pessoas, vem assumir características muito particulares que estão vinculadas ao mito, à superstição, à tradição, à contemplação e ao raciocínio associativo, caracterizando assim a formação do camponês através de aspectos espontâneos. Ao contrário do operário que estabelece relações de produção através da programação do trabalho. Desta forma é que se deve estabelecer uma relação no processo de formação política, que ‘transforme esta natureza’ complexa, ingênua, em uma natureza ‘descomplexa’, ‘desmistificada’, a partir de novos referenciais e padrões de vida e de convivência. Isto somente será possível através de uma organização política e social que atue, conscientemente, sobre a realidade humana, social e natural. (1998a: 05)

Ao considerar a natureza da cultura camponesa “complexa, ingênua”, necessitando tornar-se “descomplexa, desmistificada”, em vista dos aspectos espontâneos que prevalecem na sua formação, Bogo insere-se na visão do “atraso” e do “messiânico” para entender o camponês, ou mesmo na visão do “artesanal”. Por meio da “desqualificação”, objetiva-se “qualificar”. Porém, a realidade mostrou-se muito mais dinâmica que a tentativa de sua exposição no plano teórico, questão evidenciada na criatividade e na riqueza do

---

<sup>26</sup>ENTREVISTA. Bernardo M. Fernandes. Presidente Prudente, Campus da UNESP, 21/03/2002.

Movimento, em que Bogo, contraditoriamente, era (e é) um dos expoentes, inclusive pelas suas práticas em meio a esse Movimento. Conforme esse autor:

Há uma tendência muito forte entre os camponeses de se apropriarem individualmente da terra. [...] o assentado não se apropria apenas da terra como território, mas estabelece sobre ele seu próprio governo, com leis, planos de produção, relações de trabalho, controle financeiro, relação com o mercado e ninguém poderá intervir, a não ser nos aspectos em que ele decide contribuir. Essa relação individualizada e individualizante com a propriedade, determinará o modo de agir e de pensar do camponês e se tornará cada vez mais rígida quanto maior for o tempo de duração dessa relação. Individualizará também o entendimento de seus filhos que passarão a perceber o mundo a partir dessa lógica das partes isoladas do todo. Há duas formas de enfrentar esse desafio: o primeiro, mais rápido, que é ir privando o camponês individual das possibilidades de continuar com seu individualismo. Segundo, através de um novo modelo de assentamento, prevendo um tempo mais longo, é ir influenciando na formação dos filhos para que estes venham, no futuro, a renegar a propriedade privada como possibilidade de desenvolvimento da vida na agricultura, através da cooperação nos seus diferentes níveis. (1998a: 05)

Ao discutir a “vez dos valores” para o MST, partindo da reflexão do papel dos sem-terra no princípio do novo milênio, Bogo salientou:

No final do século e do segundo milênio, a história nos responsabilizou a não falarmos em nome próprio, mas em nome de uma organização, o MST. Nos tornamos fortes, em parte pela nossa capacidade de simplificarmos as ‘impossibilidades’ tornando-as reais. Mas também pelas virtudes que conseguimos desenvolver. Estas atingiram a profundidade do imaginário da sociedade. Os ricos temem mais nossas virtudes que nossa força orgânica. Pois estas movem consciência e corações para plantar utopias no cenário social. (BOGO, 1998b: 06)

Segundo Bogo, os sem-terra tornaram-se fortes pela capacidade de “simplificar as impossibilidades”, fazendo-as concretas, reais, porém, também pelas virtudes e os valores que foram desenvolvendo na trajetória de Movimento em construção. Por atingirem “as profundezas do imaginário da sociedade”, conforme este autor, as virtudes fizeram com que a sociedade se sensibilizasse para as questões que afligiam o campo brasileiro, contribuindo ainda para um olhar sobre si e sobre as mazelas sociais, oriundas da forma como a questão agrária fora (e vem sendo) tratada na história brasileira. Para Bogo, “[...] nada pode ser mais perigoso do que algo que se move por conta própria. Pois foge do controle e da repressão dos poderosos” (1998b: 06). Essa consideração, contraditoriamente, assemelha-se às observações de Baudrillard, quando salienta a força da dissolução do(s) poder(es) pelas

massas por meio de sua indiferença ou de seu silêncio. Bogo confronta-se, porém, com este autor ao vê-las como potencialidade histórica e não como o seu contrário, ou seja, a “massa amorfa” ou o “vazio da política” sugerido por Baudrillard. Confronta-se, ambigualmente, ainda com a leitura estabelecida por outras fontes do MST, a exemplo de Moraes (1986) e de seu próprio texto (BOGO, 1998a), ao compreender a “massa”, ou, no caso, o “camponês”, pela premissa da necessidade de formatação, de transformação dos valores artesanais em princípios revolucionários, os quais se encontrariam presentes no operariado, mas negados pela condição do “atraso” da cultura camponesa.

Compreendo, então, que aquilo que “se move por conta própria” busca fugir ao aprisionamento e remete à autonomia e à força que se constroem como contrárias à formatação. Dá-se na ação humana, na construção do sujeito pelas práticas cotidianas e de luta nos diversos espaços de produção da vida, desde os espaços da casa e da família aos das assembleias, ocupações, marchas, congressos, etc. Sendo assim são práticas camponesas constituídas tanto pela Organização do MST, quanto pelo sujeito assentado e acampado que, ao “mover consciência e corações”, entregar-se, deixar se levar pelos desejos, vontades, conforma sua utopia de uma terra liberta e de uma sociedade justa e transforma a utopia em ação. Nesse sentido, Bogo ao apresentar o movimento da “massa” como existência real, concreta, como fez no trecho citado, possibilitou a sua apreensão para além do controle e da repressão “dos poderosos”, em vista de sua consciência e de seus desejos, e não de sua “opacidade”.

### **Algumas considerações**

Scherer –Warren (2013) aponta para a ambiguidade da relação entre Estado, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade no tempo presente, em especial a partir do governo Lula. Conforme esta autora:

A necessidade que os movimentos sociais no campo tem de manter uma constante negociação com o Estado e com os governos para atender às demandas do cotidiano das bases de suas organizações vem gerando, especialmente durante o governo Lula, uma relação com muitas ambiguidades. Pois, ao mesmo tempo em que há uma relação de reciprocidade política, de participação de lideranças camponesas na gestão pública do Estado, de busca de novos espaços de participação, como nas conferências, nos conselhos e na discussão do Plano Plurianual



(PPA/2008/2011), por outro lado, os movimentos manifestam a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os ‘rumos neoliberais que o governo vem assumindo’ (palavras de lideranças dos movimentos), além da manutenção da autonomia política do movimento social, ideia que vem crescendo atualmente nos movimentos sociais no campo. (2013:32)

Em vista desse cenário e do que pude apreender pelos campos do Pontal do Paranapanema, é possível dizer que os camponeses sem-terra, hoje assentados, independentemente das formas de organização, sonhavam com a conquista da “terra de trabalho” e o direito de nela permanecer, tornando a terra “morada da vida” (HEREDIA, 1979). Sonhavam com essa conquista por acreditar que a posse de um governo dito de esquerda, no ano de 2002, lhes propiciaria tais condições, mas os dois governos de Luis Inácio Lula da Silva, semelhante ao que vem ocorrendo no governo de Dilma Rousseff (2010-2014), evidenciaram o descaso das políticas públicas, em particular na efetivação do Plano de Reforma Agrária, que ficara no papel, como denunciou Ariovaldo Umbelino de Oliveira já no ano de 2003<sup>27</sup>. Permanece, em nosso tempo, a opção pelo agronegócio e pelas políticas paliativas voltadas aos assentamentos rurais, a exemplo do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Não se pode negar que estes programas diminuem a pobreza no campo e valorizam a produção camponesa, mas não são, em decisivo, políticas públicas concretas e duradouras, voltadas a atender as demandas do campesinato, como deveria ocorrer com uma verdadeira Reforma Agrária.

Todavia, independentemente desse quadro, o que percebo ao olhar para as evidências históricas derivadas das lutas camponesas é o fato de que as derrotas e as conquistas ainda no tempo presente são como frutos permanentes de histórias construídas e refeitas no cotidiano das práticas familiares, no saber enraizado pela tradição, mas também na universalidade das lutas em comum, das lutas políticas, do convívio com a comunidade, com o indivíduo e o coletivo. Práticas essas resultantes de trajetórias vividas nas histórias de vida, no refazer dos sonhos no convívio com o coletivo do MST no acampamento e no

---

<sup>27</sup> Em Conferência proferida no dia 26/09/2003, no XII Encontro Sul-Mato-Grossense de Geografia, realizado no Campus de Três Lagoas, UFMS, entre os dias 24 a 28 de setembro, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, apresentando dados da Reforma Agrária do primeiro ano do governo Lula, chamou a atenção para o distanciamento entre os números propostos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, em sua formulação, e os que se efetivavam naquele momento. Numa forte crítica ao modo como o PNRA vinha sendo gerido, o professor deixou claro o seu desalento com os rumos da Reforma Agrária no país.

primeiro ano do lote provisório, a exemplo do que ocorrera no Che Guevara/Santa Clara; nas experiências de luta até o assentamento São Bento, entre outras, as quais não se encerram nas práticas individualizantes de defesa da propriedade privada, mas de defesa do saber da “terra de trabalho”, daquela em que possam viver como espaço mantenedor da família, em que se possa plantar o feijão, o milho, a mandioca, criar o porco, a galinha, o bezerro e a vaquinha de leite.

Partindo dessas observações, saliento que entender os anseios, as expectativas, as lutas e as esperanças dos camponeses no Pontal, assentados, militantes e dirigentes, particularmente dos que atuaram nas primeiras experiências do Movimento na região, implicou pensar o sentir, o sonhar, e o que lhes deu sentido à caminhada, bem como as leituras que apresentaram de suas práticas. Tais objetivos impulsionaram a pesquisa de doutorado publicada em 2010 ( BORGES, 2010), na busca de uma interpretação que não se resumia à ótica do “desvio político”, como sugerido por Moraes (1986), pois, mesmo não sendo essa a intenção, tal análise acabou objetivando negar os saberes camponeses que não se limitaram à projeção do que se considera como “consciência política” - referencial do operariado - em contraposição ao saber “arcaico”, “contemplativo” e “associativo” do camponês, tal como designou ainda Bogo. Como contraponto a essa leitura tornou-se fundamental a elucidação dos caminhos trilhados pelas primeiras lutas do MST no Pontal, enfatizando ainda o percurso estabelecido pelo historiador para esta empreitada, com o olhar, como estabelecido neste texto, para o que significara “ser militante, ser dirigente e ser assentado” nas práticas camponesas do MST no Pontal do Paranapanema.

## **FONTES ORAIS**

### **Assentamento São Bento**

ENTREVISTA. Zelitro. 05/05/99 e 30/04/02. (Setor II)

ENTREVISTA. Creuza. 02/05/02. (Setor II)

ENTREVISTA. Aparecido. 01/07/02. (Setor III)

### **Assentamento Che Guevara/Santa Clara**

ENTREVISTA. Nilo e Alzira. 02/06/01.

### **Teodoro Sampaio -SP**

ENTREVISTA. Cledson. Secretaria do MST, 08/03/01.

ENTREVISTA. Venzel. Residência, 18/08/01.

MARIA CELMA BORGES

ENTREVISTA. Bil. Secretaria do MST, 29/04/02.

ENTREVISTA. José Rainha. 30/06/03.

### **Presidente Prudente – SP**

ENTREVISTA. Bernardo M. Fernandes. Campus da UNESP, 21/03/02.

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. *Re-criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o espetáculo das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BETTO, Frei. *Ética na militância*. Palestra proferida no Encontro Nacional do MST, Janeiro 2002. (mimeografado)

BOGO, Ademar. *A formação ideológica dos camponeses*. Bahia, Nov/1998a. (mimeografado)

\_\_\_\_\_. *A vez dos valores*. *Caderno de Formação*, nº 26. São Paulo, 1998b.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: Práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP*. 2004. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

\_\_\_\_\_. *O desejo do roçado*. São Paulo: Annablume, 2010.

BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná*. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunidade de Resistência e de superação*. Curitiba, Janeiro de 2002. (mimeografado)

CAUME, Davi J. *A tessitura do “Assentamento de Reforma Agrária”*: Discursos e Práticas Instituintes de um Espaço Agenciado pelo Poder. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

AS LUTAS CAMPONESAS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP:  
PARA ALÉM DA MASSA E DA VANGUARDA...

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAVES, Cristiane de A. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2000. (Coleção Antropologia da política, n.9)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igrejas e Problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

FABRINI, José Edmilson. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FARIAS, Marisa de F. Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Amassando a massa – para uma crítica ao conceito de massa*. Presidente Prudente: [s.n], 1993. (mimeografado)

\_\_\_\_\_. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa . *Caderno Prudentino de Geografia*, n.16, AGB, Setembro de 1994.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rev. Ampl., 29ª. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v.07)

MONTES, Maria Lúcia A. *Lazer e ideologia – A representação do social e do político na cultura popular*. 1983. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAES, Clodomir S. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. *Caderno de Formação* nº 11, São Paulo, 1986.

MST. Construir um sindicalismo pela base. *Caderno de Formação* nº 14. São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional do MST- 1989 a 1993. *Caderno de Formação* nº 17. São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Como organizar a massa. São Paulo, *Cadernos Vermelhos*, 1991.

\_\_\_\_\_. Vamos organizar a base do MST. *Cartilha* n.02, São Paulo, Março de 1995.

\_\_\_\_\_. Programa de Reforma Agrária. *Caderno de Formação* n° 23. São Paulo. 2ª ed., 1996.

NARITA, Stella. *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). *Campesinato e territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

POKER, José Geraldo A. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. (Região Sudoeste/ Oeste do Paraná)*. 2002. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais de luta pela terra. In: MENEGAT, Alzira Salete; PEREIRA, Veronica Aparecida. *Movimentos Sociais em redes de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos*. Dourados: Editora da UFGD, 2013.

SECRETARIA da Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e avaliação CPA. Instituto Geográfico e Cartográfico. IGC –SP. *Municípios do Estado de São Paulo – Criação e Divisas*. Disponível em [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios\\_sp\\_divisas.pdf](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios_sp_divisas.pdf). > Acesso em: 12 nov.2014.

SCHIMANSKI, Edina; SOUZA, Cimone Rozendo de. A cooperação nos assentamentos do MST: superação da agricultura familiar? In: BRANDENBURG, Alfio et alii. *Ruralidades e Questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

SIMONETTI, Miriam Cláudia L. *A longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AS LUTAS CAMPONESAS DO MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP:  
PARA ALÉM DA MASSA E DA VANGUARDA...

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ULIANOV, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* 2ª ed., Lisboa: Editoria Estampa, 1973.

VALVERDE Monclar Eduardo Goes de L. *Militância e poder* – Balizas para uma Genealogia da Militância. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Data de recebimento: 23/08/2014.

Data de aceite: 11/11/2014